

# LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 14 DE JULHO DE 2004

---

- Publicado no DOE de 15.07.2007.
- Alterada pela Lei Complementar nº [068/2005](#);
- Vide [texto original](#).

**Introduz modificações no Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE, de que trata a Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e alterações.**

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

**Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:**

**Art. 1º** A sistemática de cálculo do montante mínimo do ICMS, para efeito de manutenção do nível de arrecadação a que se referem a [Lei nº 11.288](#), de 22 de dezembro de 1995, e a [Lei nº 11.675](#), de 11 de outubro de 1999, e respectivas alterações, passa a vigorar nos termos previstos na presente Lei. *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c1](#)]*

§ 1º Revogado *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c2](#)]*

§ 2º Na hipótese do *caput* deste artigo, aplicam-se, no que couber, as normas previstas na Lei nº 11.675, de 1999, em especial quanto às hipóteses de impedimento, suspensão e perda de benefício.

**Art. 2º** A sistemática de cálculo de que trata o *caput* do art. 1º desta Lei será aplicada com observância às seguintes normas:

I – somente será calculado o montante mínimo do ICMS para as hipóteses de projeto de ampliação do empreendimento, inclusive com implantação de novo produto;

II – para fins do valor do montante mínimo do ICMS, a utilização dos benefícios do PRODEPE não poderá resultar em recolhimento inferior à parcela equivalente ao ICMS, que corresponda à arrecadação nominal dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da publicação do primeiro decreto concessivo, para aplicação nos 12 (doze) meses subsequentes; *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c3](#)]*

III – o valor do montante mínimo do ICMS deverá ser atualizado, a partir de janeiro de 2005, nos termos previstos em decreto do Poder Executivo, e publicado a cada 12 (doze) meses, para aplicação nos 12 (doze) meses subsequentes e, assim, sucessivamente; *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c4](#)]*

IV – na hipótese de período inferior a 12 (doze) meses, será efetuado o cálculo, referido no inciso III, de forma diretamente proporcional; *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c5](#)]*

V – na hipótese de não ser atingido o montante calculado nos termos dos incisos II a IV, o contribuinte deverá recolher a diferença entre o imposto pago e o valor do montante mínimo do ICMS, limitado ao total do incentivo utilizado no período, com os acréscimos legais cabíveis, ficando impedido de usufruir o benefício, enquanto não for regularizada a pendência;

VI – o Poder Executivo, mediante decreto, poderá reduzir o período de apuração, fixado em 12 (doze) meses, nos termos dos incisos II a IV, para, no mínimo, 6 (seis) meses.

Parágrafo único. O disposto neste artigo poderá ser igualmente aplicado às hipóteses dos arts. 18, 19 e 20 da Lei nº 11.675, de 1999, e do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 11.626, de 29 de dezembro de 1998, e posteriores alterações, conforme disposto em decreto do Poder Executivo. *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c6](#)]*

**Art. 3º** Para fins do início da aplicação da nova sistemática, em relação aos beneficiários do PRODEPE, quando da publicação desta Lei, a Secretaria da Fazenda publicará, até 31 de janeiro de 2005, os novos valores do montante mínimo do ICMS, considerando a arrecadação nominal dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de publicação do primeiro decreto concessivo do benefício, para ampliação do empreendimento, inclusive com implantação de novo produto. *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004) Vejamais[[c7](#)]*

Parágrafo único. O Poder Executivo, mediante decreto, poderá alterar o prazo previsto no *caput*. *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004)*

**Art. 4º** O artigo 19 da Lei nº 11.675, de 1999, e alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante decreto, à empresa que fabrique ou venha a fabricar bem similar ao incentivado, nos termos desta Lei, idêntico benefício, pelo prazo que restar à pioneira e respeitada a equivalência dos estímulos relativamente à capacidade instalada de produção."

**Art. 5º** Para o período de abril de 2002 a janeiro de 2005, relativamente às empresas beneficiárias do Prodepe, a manutenção do nível de arrecadação do ICMS, prevista na Lei nº 11.288, de 1995, e na Lei nº 11.675, de 1999, e respectivas alterações, será cumprida, de acordo com a nova sistemática de cálculo disciplinada nos termos desta Lei, da seguinte forma: *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004)* [Vejamais\[c8\]](#)

I – o valor do montante mínimo do ICMS será exigido apenas para os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2002, sem a incidência de atualização monetária ou quaisquer outros acréscimos legais, e tão-somente na hipótese de projeto de ampliação do empreendimento, inclusive com implantação de novo produto;

II – o cálculo do montante mínimo do ICMS será efetuado de acordo com o que dispõe o art. 3º; *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004)* [Vejamais\[c9\]](#)

III – o contribuinte deverá, até 31 de março 2005, efetuar o recolhimento integral do débito do imposto decorrente da não-observância do disposto no inciso I ou efetuar o respectivo parcelamento nos termos da legislação estadual pertinente. *(LC nº 068/2005 – efeitos a partir de 15.07.2004)* [Vejamais\[c10\]](#)

§ 1º O disposto neste artigo poderá ser igualmente aplicado às hipóteses dos arts. 19 e 20 da Lei nº 11.675, de 1999, conforme dispuser decreto do Poder Executivo.

§ 2º A inobservância das normas previstas neste artigo implica a não-aplicação da nova sistemática, bem como o impedimento da utilização do benefício, enquanto não regularizada a pendência.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a não exigir o valor do ICMS decorrente da não-observância da manutenção do nível de arrecadação, relativamente a fatos geradores anteriores a abril de 2002, bem como decorrente das diferenças porventura verificadas a partir da aplicação do disposto no art. 5º, desde que observadas, pelo contribuinte, as condições ali estabelecidas.

Parágrafo único. A aplicação da norma prevista neste artigo não confere ao sujeito passivo direito à restituição ou à compensação de valores recolhidos até a data da publicação da presente Lei.

**Art. 7º** Decreto do Poder Executivo disciplinará os procedimentos necessários à execução desta Lei, em especial quanto ao disposto no art. 2º, bem como quanto à fixação dos prazos em que os montantes mínimos do ICMS deverão ser publicados.

**Art. 8º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS**, em 14 de julho de 2004.

**JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS**

Governador do Estado

ALEXANDRE JOSÉ VALENÇA MARQUES

MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO

RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR

---

[c1] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

Art. 1º A sistemática de cálculo do ICMS, para efeito de manutenção do nível de arrecadação a que se referem a Lei nº 11.288, de 22 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e respectivas alterações, passa a vigorar nos termos previstos na presente Lei, ressalvado o direito de opção disciplinado no § 1º.

[c2] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

§ 1º As empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE poderão formalizar, até 10 de agosto de 2004, opção pela manutenção do cálculo do montante mínimo do ICMS, na forma aplicada até o termo inicial de vigência desta Lei.

[c3] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

II – o valor do benefício do PRODEPE não poderá resultar em recolhimento inferior à parcela equivalente ao ICMS, que corresponda à arrecadação nominal média mensal dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da publicação do primeiro decreto concessivo, multiplicada por 6 (seis), para aplicação nos 6 (seis) meses subsequentes;

[c4] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

III – o valor do montante mínimo do ICMS deverá ser recalculado e publicado a cada 6 (seis) meses, com base na arrecadação nominal média mensal dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, multiplicada por 6 (seis), para aplicação nos 6 (seis) meses subsequentes e, assim, sucessivamente;

[c5] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

IV – na hipótese de período inferior a 6 (seis) meses, será efetuado o cálculo, referido no inciso III, de forma diretamente proporcional;

[c6] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

Parágrafo único. O disposto neste artigo poderá ser igualmente aplicado às hipóteses dos arts. 19 e 20 da Lei nº 11.675, de 1999, conforme dispuser decreto do Poder Executivo.

[c7] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

**Art. 3º** Para fins do início da aplicação da nova sistemática, em relação aos beneficiários do PRODEPE, quando da publicação desta Lei, a Secretaria da Fazenda publicará até 31 de agosto de 2004, os novos valores do montante mínimo do ICMS, considerando os 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de publicação do primeiro decreto concessivo do benefício, para ampliação do empreendimento, inclusive com implantação de novo produto.

[c8] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

**Art. 5º** A manutenção do nível de arrecadação do ICMS, prevista na Lei nº 11.288, de 1995, e na Lei nº 11.675, de 1999, e respectivas alterações, relativamente aos contribuintes para os quais for adotada a nova sistemática de cálculo disciplinada nos termos desta Lei, será cumprida, para o período de abril de 2002 a agosto de 2004, da seguinte forma:

[c9] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

II - o cálculo do montante mínimo do ICMS será efetuado com base na arrecadação nominal mensal dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da publicação do primeiro decreto concessivo do benefício;

[c10] Redação original, em vigor até 21.05.2005:

III – o contribuinte deverá, até 30 de setembro de 2004, efetuar o recolhimento integral do débito do imposto decorrente da não-observância do disposto no inciso I ou efetuar o respectivo parcelamento nos termos da legislação estadual pertinente.